V

ANTEPASSADOS FUNDADORES

O implacável pastor não tinha de facto ido ao local para ver com os seus próprios olhos, e, nesse tempo, havia poucas fotografias que pudessem ajudar o viajante da cadeira de braços. Mas Dean Farrar tinha quase a certeza de que compreendia que tipo de criaturas eram esses Africanos. As suas fisionomias, «informou» ele em 1865, eram «invariáveis e inexpressivas», as suas mentes «caracterizavam-se por uma uniformidade sem vida e sem conteúdo». Não tinham «originado uma única descoberta... não tinham promulgado um único pensamento... não tinham estabelecido uma única instituição... não tinham chegado a uma única invenção».

Podia haver algo de quase frenético nesta acumulação de negativas. Mas Dean Farrar não escrevera aquele rosário de desgraças em vão. Ele sabia que ao Diabo não se pode dar o pé pois ele toma logo a mão. E não queria dar ao Diabo nem um dedo. «Entre os Africanos», declarou numa época em que a grande maioria dos povos africanos ainda não tinha sequer sido avistada por qualquer europeu, «uma geração não passa o comando das coisas para a geração seguinte». Entregues a si próprios, não tinham salvação.

Este passaria a ser o grande estribilho do paternalismo colonialista. Considerando a simplicidade material como prova de selvajaria primitiva, o mais vulgar dos homens, quando chegado a posições de domínio, convence-se rapidamente da sua missão civilizadora. «No Leste de África», opinou Sir Charles Eliot, o primeiro alto comissário britânico naquele lugar, «temos a rara experiência de lidar com uma *tabula rasa*, uma região quase não tocada e pouco habitada, onde podemos fazer o que queremos». Passava-se o mesmo em vários outros locais. Quando, em 1890, os pioneiros britânicos entraram na terra que

Digitalizado com CamScanner

viria a ser a Rodésia do Sul, nem queriam acreditar que os «nativos» tivessem erguido os muros de alvenaria decorada que lá encontraram.

Estas ideias contam-se entre os mistérios da crença não-africana, que de algum modo sobreviveu ao período colonial. No caso da Rodésia do Sul, passado mais de meio século, um etnólogo começou a perguntar aos anciãos que viviam nas planícies onduladas do distrito de Mount Darwin, a norte da actual Salisbúria, se sabiam alguma coisa do passado longínquo. Estes hesitaram, mas depois começaram a contar-lhe a história do seu povo e dos seus reis. Recuaram até Mutota, o primeiro dos seus firmes governantes, que era «ainda o coração da nação» e cuja sepultura ficava no monte Chitakochangonya. Admitiram que «já não falávamos muito destes assuntos, agora que os Europeus ocuparam o lugar dos filhos de Mutota». Mas fizeram notar que ainda havia anciãos vivos, mesmo em 1950, «que diziam que, se escutarmos com atenção, poderemos ouvir o rufar do Kagurukute, o grande tambor de Mutota, quando há lua nova e se está de pé ao lado da majestosa sepultura, a olhar para o rio Dande». Ora, Mutota morreu por volta de 1450. Os velhos evocavam uma história que data de há cinco séculos.

Em boa verdade, a história dos Africanos não é senão a «transmissão dos cargos e do saber» de geração para geração. Levada ao máximo do apuramento, diz respeito à acumulação da sabedoria ancestral com a demonstração de uma *tabula plena* de conhecimentos antigos. Foram os antepassados escolhidos que deram aos povos a sua identidade e garantiram o movimento progressivo da vida. Podem ser antepassados privados ou antepassados públicos, garantias «familiares» ou garantias «nacionais», mas, em qualquer dos casos, o seu papel é fundamental. Foram eles que elaboraram e estabeleceram as crenças e as leis segundo as quais os homens vivem sensatamente.

Esta afirmação é, naturalmente, uma simplificação. As crenças e as leis foram sempre objecto de mudança e, no seu tempo, os antepassados foram homens, e, como tal, estiveram sujeitos às pressões do dia-a-dia. É, no entanto, uma simplificação que toca no âmago do problema. Deixando por agora de parte o aspecto religioso, quero aqui salientar o significado político e social dos antepassados, sobretudo dos «antepassados fundadores» que, dizem os Africanos, «começaram a nossa vida e trouxeram-nos para a terra onde vivemos».

Apesar de o pensamento quotidiano dos povos do princípio da Idade do Ferro estar fora do nosso alcance, podemos, pelo

menos, aperceber-nos um pouco dos seus predicamentos. É quase certo, por exemplo, que os remotos antepassados dos povos de língua shona — cujos descendentes os pioneiros britânicos de 1890 consideraram tão sem história — se fixaram nas planícies entre o Zambeze e o Limpopo há mais de mil anos. Como é típico na história africana, tomaram forma a partir de uma mistura e eventual harmonização entre os emigrantes que ali chegaram e os povos que já lá viviam.

São estas as primeiras sínteses de culturas que contêm o «princípio» da história. Devem ter sido muitas, pois toda a história registada conta repetidamente a mesma coisa. Os historiadores que exploraram o passado através da tradição oral encontraram frequentemente provas de uma dispersão e migração, a medida que estas terras, relativamente desertas, eram gradualmente povoadas: a dispersão dos povos de língua banta a partir de uma terra natal original, que foi provavelmente a região das savanas do Congo; a dispersão dos povos de língua luo a partir de uma pátria original, nas planícies a oeste do Sul do Nilo; a dispersão dos Sudaneses desta ou daquela «zona inicial» de crescimento e multiplicação.

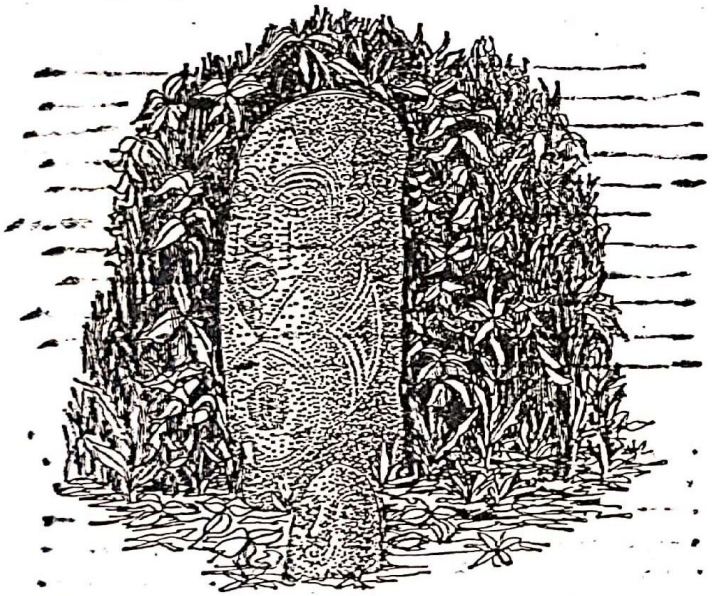
Assim que os povos aumentaram em número de indivíduos, aumentaram também os motivos de dispersão. As disputas políticas, sobretudo pela sucessão à autoridade hereditária, conduziriam os chefes desapontados a procurar uma terra para si. Estes primeiros heróis deslocavam-se com os seus seguidores — que eram poucos ou mesmo muito poucos — e tentavam encontrar a sua liberdade noutra terra, pela conquista, se fosse preciso e se o conseguissem, ou procurando terras que ainda não estivessem ocupadas. E, à medida que os motivos de dispersão se tornaram mais complexos e políticos, o mesmo acontecia com os modos e mecanismos de mudança social.

Consideremos entretanto o predicamento destes primeiros grupos na solidão da África antiga. Cada um deles estava só ou, pelo menos, sentia-se só. Ao afastar-se da comunidade-mãe, cada um destes grupos cortava ou enfraquecia a sua linha de vida ancestral e sofria a consequente sensação de ansiedade e perigo. Por vezes, o grupo é muito pequeno, talvez cinquenta ou cem homens com poucas mulheres e crianças. Na maior parte dos casos, esperavam encontrar mulheres no local para onde iam; mas, muitas vezes, ou quase sempre não sabiam para onde iam. Ao deslocar-se, o grupo emigrante separa-se, torna-se distinto, diferente de qualquer outro. Confrontado com uma terra desconhecida tem que aplicar o seu pequeno fundo de conhecimentos

Digitalizado com CamScanner

técnicos a novas situações materiais. Mas também tem que o fazer em relação a situações não-materiais: neste caso ainda, o grupo tem que inventar e fazer adaptações.

Acima de tudo, cada grupo tem que se libertar da sensação de ansiedade e perigo, tem que sentir-se seguro das suas novas identidades e normas de vida, dos seus novos costumes e crenças. Como diz Sangree acerca dos Tiriki no Quénia, os seus membros devem estar aptos a encontrar eles próprios as respostas para as perguntas: «De onde é que vim? Quem se importa que eu viva ou morra? De quem posso depender em relação a comida, terra e abrigo?» Isto apenas é possível através de uma nova linha de vida ancestral de um novo «sistema de antepassados» para o conjunto do grupo e também para cada segmento que dele se desenvolve. A ordenação de uma dada sociedade num encadeamento de identidades genealógicas — cada uma com os seus próprios antepassados, por sua vez ligados uns aos outros — pode proporcionar o necessário «sentido de filiação e continuidade».



Figuras ancestrais esculpidas em basalto da região de Ekoi, no Sudeste da Nigéria, a maior tem cerca de 1,08 m de altura. Envolvida pela vegetação antes de ser transferida para o Museu Jos, a maior é da região do povo Nnam. Existem nesta zona várias pedras esculpidas e gravadas, mas pouco se sabe da sua origem.

Esta constante formação de novas identidades e de sistemas separados foi um fenómeno mundial, pelo que as primeiras sociedades dos diversos continentes devem ter-se assemelhado nos seus conceitos subjacentes. É isto que a investigação moderna afirma em relação a sociedades posteriores. Cada grupo teve necessidade de se definir para ter confiança em si próprio. Para ser firme nas suas exigências quanto ao futuro, cada grupo teve que dar a si mesmo um nome e uma tradição. Mas isso teve que se basear num acordo sobre uma origem comum do grupo, ainda que falsa ou deliberadamente forjada. Os filhos dos Estados Unidos da América derivam de muitas origens ancestrais, mas sentam-se diariamente na escola sob o signo e símbolo da bandeira dos Estados Unidos, numa demonstração sempre visível e tranquilizadora da sua identidade e herança comuns, e portanto do seu futuro comum. Os filhos da África passaram por estabelecimentos de ensino de uma espécie diferente. Mas os cursos de «iniciação» e cerimónias, seminários e exames por que passaram têm o mesmo objectivo de assegurar a identidade e a herança comuns, assim como o futuro comum, e os túmulos dos antepassados escolhidos — os antepassados constitucionalmente fundamentais — lá estão para o confirmar.

Constitucionalmente fundamentais? Nem todos os antepassados são importantes. São-no apenas aqueles que foram reconhecidos como pertencentes à linha de sucessão que vem do «poder que não tem começo». Foram estes antepassados escolhidos que canalizaram esse poder até aos vivos, e que, ao fazê-lo, forneceram os meios para proteger o presente, garantir o futuro, e até para atenuar as dúvidas e as preocupações de grupos de pioneiros, no meio selvagem por onde vaguearam e onde se fixaram. Não existe, por isso, uma verdadeira linha divisória entre antepassados fundadores e guardiões espirituais superiores. Antes de Mutota — o fundador da longa dinastia dos Mwanamutapas — os Shona recordam ainda os espíritos dos seus grandes antepassados, os seus *mhondoro* que, como heróis fundadores, os ensinaram a extrair o ferro das rochas e a cultivar o milho miúdo e o sorgo. «Com este ferro as pessoas faziam enxadas e os *mhondoro* ensinavam-lhes, em sonhos, a lavrar e a semear.» Nesta região seca, têm sido sempre as chuvas, raras e irregulares, a estabelecer a diferença entre a comida e a fome. Acima de tudo, os *mhondoro* comandavam a dádiva ou a retenção da chuva, o que era lógico, pois como poderiam os

Digitalizado com CamScanner

antepassados, ao preparar a terra para o seu povo, deixar de resolver o problema da chuva?

As necessidades religiosas eram encaradas neste sentido de centro da evolução social. Ou seja, as necessidades sociais eram concebidas em termos religiosos. «Depois de se fixar numa região», observou Kimambo acerca dos Pare, «cada grupo criava um local sagrado pelo qual se ligava aos antepassados que tinham fundado o grupo», e também a quaisquer «antepassados locais», cujos poderes espirituais fossem importantes. Não procediam deste modo por superstição nem por carência de «um sentido da realidade», mas porque nenhum grupo se podia sentir seguro, enraizado e em paz com a lógica dos acontecimentos antes de, através da criação dos locais sagrados necessários, se identificar a si próprio como uma comunidade definida e com um «direito natural» de viver no local que tinha escolhido. Também não criavam locais sagrados para adorarem os antepassados como deuses, mas para «estabelecerem uma relação» com esses antepassados, a quem o poder supra-sensível revelara a terra e o modo de nela prosperar. Talvez exista um paralelo com os santos do cânone cristão. Também estes são os precursores dos homens e das mulheres de hoje. No entanto, apesar das suas origens humanas, é através deles que muitos cristãos procuram ligar-se ao «poder que não tem começo», por meios que vão da mera reverência, entre os sofisticados, à idolatria absoluta, entre os simples. O mesmo acontece com os Africanos e os seus antepassados escolhidos — isto é, canonizados.

Esta imagem talvez seja uma abstracção, mas pode levar-nos à essência da verdade. Ao pensar nisto, precisamos lembrar-nos continuamente dos problemas reais e agudos das pequenas comunidades que se debatem com circunstâncias estranhas e por vezes hostis. Existem muitos paralelos bíblicos. Um historiador do Quénia, ao debruçar-se sobre os Luo, comparou as suas reacções com as das tribos nómadas de Israel. Para os Israelitas, foi Moisés quem, como herói fundador, os levou dos suplícios do Egipto para a fronteira de uma terra onde corria o leite e o mel, quem falou com Deus e teve conhecimento dos caminhos e desejos do «poder que não tem começo», e quem definiu as leis pelas quais só os Israelitas podiam prosperar. No entanto, o Deus que eles escolheram não lhes pertencia: era Jeová, dos filhos de Canaã, e vivia no monte Sinai. Mas eles apoderaram-se de Deus nesta terra de Canaã, pois fora ele quem lhes dera um local para habitarem. Por volta

de 1500 d.C., os Padhola Luo vieram do Noroeste para o Leste do Uganda. Também eles vaguearam durante muito tempo antes de encontrarem uma terra onde pudessem viver. Uma vez instalados, deixaram de chamar Deus pelo nome que até aí lhe tinham dado — Jok — e começaram a chamar-lhe Were. E isto porque fora Deus, nos seus trajes locais de Were, quem lhes dera a sua Canaã e merecia portanto ser adorado.

O entrelaçamento das tradições ideológicas era obviamente um processo contínuo. Muitos dos seus primeiros elementos sobreviveram numa forma reconhecível. Os Ioruba do Sul da Nigéria demonstram-no muito bem. Poucos povos têm uma mitologia tão elaborada. Os Ioruba consideram a divindade como uma família de deuses e deusas que prefiguram a vida social do homem, mas combinam o que parece ter sido duas tradições bem distintas: a dos antepassados emigrantes, que chegaram à terra dos Ioruba antes do ano 1000 d.C., e a dos outros povos que já habitavam aquela terra.

No início havia Olodumare, o espírito arquétipo de Deus. Tendo decidido criar o mundo, Olodumare gerou Orishanla e mandou-o cumprir a sua missão. Este concluiu-a rapidamente, com a ajuda de outros «arcanjos». Em seguida, Orishanla conduziu a humanidade para fora do céu. Fixaram-se em Ife, e a partir de Ife foram-se espalhando pela Terra e fizeram-na frutificar.

Mas isto é apenas metade da história. Segundo outra grande faceta da crença ioruba, não foi Orishanla quem, a pedido de Olodumare, criou o mundo, mas sim Oduduwa. Vindo de um longínquo lugar algures no Leste — da Arábia, segundo uma tradição aparecida mais tarde e sem dúvida inspirada pelo Islão —, Oduduwa levou os Ioruba para a sua terra, comandou-os a partir de Ife, e criou os homens e as mulheres que deveriam chefiar ou fornecer chefes às comunidades ioruba. «A sua filha mais velha — diz-se — era a mãe de Olowu de Owu; outra era a mãe de Alaketu de Ketu. Um dos filhos veio a ser o Oba do Benin, outro o Alake de Ake, outro o Onisabe de Sabe e outro o Alafin de Oyo».

Como harmonizar Oduduwa com Orishanla? Nas tradições ioruba, tais como hoje se apresentam, parece ter havido uma aglutinação de duas origens sociais inicialmente separadas. De acordo com esta aglutinação, «foi realmente Orishanla quem recebeu as ordens de Olodumare mas; devido a um acontecimento inesperado, perdeu esse privilégio em favor de Oduduwa, que assim veio a ser o real criador da terra sólida». Em resumo,

Digitalizado com CamScanner

a nova tradição de Oduduwa juntou-se a uma outra, subjacente a Orishanla, que presumivelmente pertencia à população que os novos colonos encontraram e com a qual se misturaram.

O «acontecimento inesperado» pelo qual Oduduwa suplantou Orishanla foi o resultado de movimentos feitos há largos séculos. No entanto, o seu crescente sentido de conflito espiritual e de redistribuição do poder tem sido suficientemente profundo para o manter bem vivo. Ainda hoje:

> Os sacerdotes de Orishanla julgam necessário apresentar a pretensão compensatória de que, embora Oduduwa tivesse certo dia suplantado Orishanla, o privilégio de criar a terra sólida, colocando-se portanto em posição de superioridade em relação a todas as outras divindades, não conseguira manter a maquinaria do mundo e Olodumare tivera então que enviar Orishanla para restabelecer as coisas e manter a ordem.

O importante aqui não são os pormenores pitorescos de um compromisso lendário entre imigrantes e aborígenes, mas no cuidado que se teve que *foi necessário* ter, para legitimar uma nova chegada e uma nova síntese. Que direito poderia ter qualquer povo de vir de qualquer outro lugar para se fixar numa nova terra? O direito a qualquer pedaço de terreno era subjacente ao «Espírito da Terra». Para obter o seu direito de ocupação e fixação, os imigrantes tinham que ficar em paz com este «Espírito». A única forma de o fazer era através de um processo de reconciliação espiritual sancionado por rituais apropriados. De outro modo, o «Espírito da Terra» não reconheceria a sua legítima permanência naquela terra. Sem este acto de união, até os antepassados escolhidos dos imigrantes perderiam o seu poder espiritual, pois seriam afastados da sua origem divina.

Até certo ponto, isto traduz os conceitos africanos para uma outra linguagem de pensamento religioso. Deus, como entidade ou ser, tem sido em geral uma figura distante e até indiferente para os Africanos. O importante para eles não é o antepassado hierárquico da tradição de Moisés — que eles podem considerar pouco preocupado com os problemas dos homens — mas o canal ancestral de legitimação espiritual, através do qual corre a força da vida — ou o que quer que lhe possamos chamar — que conduz o mundo e o faz viver. Porém, nesta questão fundamental da legitimação, «Deus» e o «canal ancestral da força da vida» vêm a ser quase a mesma coisa. Os exemplos são vários.

Por volta de 1350 d.C., um povo que vivia na margem norte do rio Congo, perto da sua junção com o oceano Atlântico, sofreu uma cisão familiar nas suas fileiras. Precisando de mais

terras, um filho do chefe resolveu sair da aldeia. Reuniu alguns companheiros dispostos a segui-lo e dirigiu-se para sul do grande rio, para perto da moderna cidade de Boma. Avançaram até onde agora é o Norte de Angola e chegaram à terra dos Mbundu e dos Mbwela. Aí, diz a tradição, conseguiram conquistar uma pátria, perto do que mais tarde viria a ser a capital de Mbanza ou São Salvador.

Depois de garantirem esta posição, tiveram que legitimar a sua presença. A conquista, só por si, não bastava. As tradições fazem notar cuidadosamente que Wene, o chefe dos imigrantes, casou logo em seguida com uma mulher de um dos clãs já instalados naquela área. Mas o clã que escolheu era aquele cujos antepassados eram reconhecidos como detentores da autoridade espiritual sobre a terra. Kabunga, o chefe deste clã no tempo de Wene, era sacerdote do local sagrado do «Espírito da Terra». Por outras palavras, do local sagrado onde se devia procurar a legitimação titular, através dos únicos antepassados com autoridade para tal. Ligando-se ao clã de Kabunga pelo casamento, Wene podia introduzir-se a si e aos seus sucessores na importante linha dos antepassados do outro povo. Podia suceder legitimamente a Kabunga no seu título de *mani* e governar daí para a frente como *Mani-Kongo*, Senhor do Congo, com a devida aprovação do «Espírito da Terra». Ainda hoje, seis séculos mais tarde, se recorda esta legitimação em cerimónias anuais.

Mais tarde, nas Américas, demonstrou-se até que ponto estas concepções estavam bem enraizadas no pensamento africano. Aí, sempre que algum grande grupo de africanos conseguia escapar à escravatura e reconstruir a sua vida em liberdade, procurava imediatamente orientação na sua própria cultura. No Brasil, os antigos escravos *quilombos*, e ainda mais as famosas repúblicas de Palmarés do século dezassete, apoiavam-se em leis e costumes retirados principalmente dos povos bantos do Oeste. As associações *candomble* de certas cidades brasileiras eram, e até certo ponto ainda são, profundamente africanas no conteúdo embora exóticas na forma. Ainda há trinta anos, Herskovits encontrou, entre os chamados «Bush Negroes» do Suriname — descendentes dos africanos do Oeste levados para esta colónia holandesa depois de 1600, e que tinham fugido para a floresta conservando assim a sua independência —, provas evidentes de que os espíritos da terra eram considerados como propriedade dos habitantes aborígenes, dos «Índios» cujos antepassados tinham sido os primeiros a viver naquele local.

Digitalizado com CamScanner